

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

São Paulo, 17 de março de 2023.

Apresentação

Submetemos a apreciação de V.S.as, em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações financeiras da Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A. ("Corretora") para o semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, acrescidas das notas explicativas e do relatório do auditor independente.

Evolução dos negócios

O *Private Banking* do Credit Suisse está posicionado como um dos líderes deste segmento no Brasil e, apesar do cenário econômico desafiador, a Corretora Credit Suisse Hedging-Griffo apresentou um lucro líquido no exercício de R\$ 69.739 (2021 - prejuízo de R\$ 117.863).

Política de distribuição de dividendos

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, ajustado conforme legislação em vigor.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021			
(Em milhares de Reais)			
ATIVO	Nota	31 DE DEZEMBRO DE 2022	
		2022	2021
Circulante		354.200	603.504
Caixa e equivalentes de caixa	5	282.929	538.915
Disponibilidades		6.978	2.524
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5/6	275.951	536.391
Aplicações no mercado aberto		275.951	536.391
Outros créditos		70.970	64.174
Rendas a receber	15a	56.056	56.408
Ativo fiscal corrente		4.794	2
Diversos	8	10.120	7.764
Outros valores e bens		301	415
Despesas antecipadas		301	415
Não-circulante		1.092.543	1.087.880
Realizável a longo prazo		1.091.662	1.085.910
Rendas a receber	15a	-	5
Ativo fiscal diferido	14c	152.990	206.444
Ativo fiscal corrente		821	3.500
Diversos	8	937.851	875.961
Permanente		881	1.970
Imobilizado		881	1.969
Outras imobilizações de uso		22.978	23.048
Depreciações acumuladas		(22.097)	(21.079)
Intangível		-	1
Ativos intangíveis		2.804	2.804
Amortizações acumuladas		(2.804)	(2.803)
Total do ativo		1.446.743	1.691.384

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Índice de Basileia

O Conglomerado Credit Suisse Brasilapura seus limites operacionais de forma consolidada. O índice de Basileia, em 31 de dezembro de 2022 era de 23,72% (2021 - 14,89%).

Gerenciamento de riscos

O processo de gerenciamento de riscos do Conglomerado Credit Suisse Brasil está baseado em uma cultura de disciplina e transparência, visando uma abordagem prudente e apropriada na tomada de riscos. A Diretoria estabeleceu controles e limites, com o objetivo de identificar, mensurar, mitigar e gerir os riscos do grupo.

Em atendimento à regulamentação do Banco Central do Brasil, estarão disponíveis em nosso site na internet, a partir de 31 de Março de 2023, as informações referentes à gestão de riscos, ao Patrimônio de Referência Exigível e de que trata a Resolução CMN nº 4.958/21 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a adequação do Patrimônio de Referência, conforme a Resolução CMN nº 4.955/21, assim como a descrição do processo de gestão de capital de que trata a Resolução CMN nº 4.557/17 no endereço: <https://www.credit-suisse.com/br/pt/quem-somos/governanca/dados-abertos/pilar3.html>.

A Diretoria:

Aecto Antonio de Campos Pinto
Augusto Afonso Martins
Gabriela Rodrigues
Guilherme Ferrante Poças
Leonardo Rabin
Luiz Guilherme da Costa Manso Moreira de Mendonça
Marcello Antonio Chioliv Luzzi
Maria Gabriela Metz Brea de Gutierrez Alvarez
Rafael Paixao Gross
Teodoro Zemella Bruno de Lima

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

	Nota	SEMESTRE		
		2022		2021
		2022	2022	2021
Receitas da intermediação financeira		24.037	52.959	31.646
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez		19.533	42.269	20.819
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		4.564	10.754	10.373
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		-	-	454
Resultado bruto da intermediação financeira		24.097	52.959	31.646
Outras receitas (despesas) operacionais		11.477	89.932	(191.292)
Receitas de prestação de serviços	15b	213.360	436.893	535.252
Despesas de pessoal	15f	(142.088)	(228.454)	(616.578)
Outras despesas administrativas	15c	(31.188)	(59.789)	(46.625)
Despesas tributárias	(21.120)	(43.423)	(50.122)	
Outras receitas operacionais	15d	34.201	63.963	21.418
Outras despesas operacionais	15e	(41.688)	(79.258)	(34.637)
Resultado operacional		35.574	142.889	(159.649)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		35.574	142.889	(159.649)
Imposto de renda e contribuição social	14	(9.407)	(53.150)	41.786
Provisão para imposto de renda		-	-	(40)
Provisão para contribuição social		-	-	(24)
Ativo fiscal diferido		(9.407)	(53.150)	41.850
Lucro/(prejuízo) do semestre/exercício		26.167	89.739	(117.863)
Quantidade de ações ordinárias	12a	2.760.805	2.760.805	2.760.805
Lucro/(prejuízo) do semestre/exercício por ação		0,01	0,03	(0,04)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

	Nota	SEMESTRE		
		2022		2021
		2022	2022	2021
Lucro/Prejuízo do semestre/exercício		26.167	89.739	(117.863)
Outros resultados abrangentes que serão reclassificados para o resultado:		-	-	(427)
Ajuste de avaliação patrimonial de ativos financeiros disponíveis para venda:		7	-	171
Impostos diferidos sobre marcação a mercado de ativos financeiros disponíveis para venda		-	-	(427)
Ajuste de avaliação sobre benefícios pós-emprego	10	761	761	2.047
Impostos diferidos sobre benefícios pós-emprego	10	(304)	(304)	(819)
Resultado abrangente do semestre/exercício		26.624	90.196	(116.891)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

	Nota	SEMESTRE		
		2022		2021
		2022	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		26.127	89.739	(117.863)
Lucro líquido/(prejuízo) do semestre/exercício		26.167	89.739	(117.863)
(prejuízo) do semestre/exercício		10.152	56.974	(39.290)
Depreciações e amortizações	15c	4.407	1.214	1.543
Impostos e contribuições diferidos	14b	9.408	53.150	(41.786)
Provisões para riscos fiscais e outros passivos contingentes	11	34.283	63.718	21.109
Atualização de depósitos em garantia	15d	(33.986)	(61.108)	(20.165)
Provisão para outros créditos		-	-	9
Lucro líquido/(prejuízo) do semestre/exercício ajustado		36.319	146.713	(157.153)
Variações patrimoniais		(71.730)	(402.573)	164.134
Títulos e valores mobiliários		-	-	39.309
Outros créditos		23.712	(4.589)	66.862
Outros valores e bens		45	114	139
Outros depósitos		-	-	149.087
Outras obrigações	(95.487)	(396.466)	(68.284)	
Juros recebidos		-	-	1.386
Impostos pagos		-	(1.632)	(24.365)
Caixa líquido/(gerado) pelas atividades operacionais		(35.411)	(255.860)	6.981
Fluxos de caixa das atividades de investimento		(98)	(128)	(727)
Aquisição/Baixa de imobilizado de uso		2	2	-
Alienação de imobilizado de uso		(96)	(126)	(727)
Caixa utilizado pelas atividades de investimento		(96)	(126)	(727)
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(35.507)	(255.986)	6.254
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa		(35.507)	(255.986)	6.254
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	5	318.436	538.915	532.661
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	5	282.929	282.929	538.915

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

	Capital social				Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total
	Nota	Capital	Aumento de capital		especial	Total				
			legal	estatutária						
Em 31 de dezembro de 2020		29.563	-	5.912	28.084	228.952	(2.586)	(55.587)	234.338	
Ajuste de avaliação patrimonial de ativos financeiros disponíveis para venda	7b	-	-	-	-	-	(427)	-	171	
Impostos diferidos sobre marcação a mercado de ativos financeiros disponíveis para venda	7b	-	-	-	-	-	171	-	2.047	
Ajuste de avaliação patrimonial sobre benefícios pós-emprego	10	-	-	-	-	-	(819)	-	(819)	
Impostos diferidos sobre benefícios pós-emprego	10	-	-	-	-	-	-	-	-	
Aprovação do aumento de capital	12a	120.437	-	-	-	(120.437)	-	-	-	
Absorção de prejuízo	12b	-	-	-	-	-	-	-	-	
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(55.587)	-	55.587	-	
Em 31 de dezembro de 2021		150.000	-	5.912	28.084	52.928	(1.614)	(117.863)	117.447	
Ajuste de avaliação patrimonial sobre benefícios pós-emprego	10	-	-	-	-	-	761	-	761	
Impostos diferidos sobre benefícios pós-emprego	10	-	-	-	-	-	(304)	-	(304)	
Absorção de prejuízo	12b	-	-	(5.912)	(28.084)	(52.928)	-	86.924	-	
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	-	89.739	89.739	
Destinações:										
Reserva legal		-	-	2.940	-	-	-	(2.940)	-	
Reserva estatutária		-	-	-	41.895	-	-	(41.895)	-	
Dividendos	12c	-	-	-	-	-	-	(13.965)	(13.965)	
Em 31 de dezembro de 2022		150.000	-	2.940	41.895	-	(1.157)	32.633	193.678	
Ajuste de avaliação patrimonial sobre benefícios pós-emprego	10	-	-	-	-	-	761	-	761	
Impostos diferidos sobre benefícios pós-emprego	10	-	-	-	-	-	(304)	-	(304)	
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	-	26.167	26.167	
Destinações:										
Reserva legal		-	-	2.940	-	-	-	(2.940)	-	
Reserva estatutária		-	-	-	41.895	-	-	(41.895)	-	
Dividendos		-	-	-	-	-	-	(13.965)	(13.965)	
Em 31 de dezembro de 2022		150.000	-	2.940	41.895	-	(1.157)	32.633	193.678	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

1. Contexto operacional: A Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A. ("Corretora"), constituída sob a forma de sociedade anônima, domiciliada à Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., 700/10º-14º andares, Itaim Bibi, São Paulo - SP, tem por objeto todas as atividades permitidas às sociedades corretoras, operando na intermediação de títulos e valores mobiliários em Bolsa de Valores e de Mercadorias e na administração de recursos de terceiros. A Corretora é uma empresa integrante do Conglomerado Credit Suisse Brasil, cujo controlador é o Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A., e suas operações são conduzidas dentro deste contexto.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras: As práticas contábeis adotadas para o registro das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras emanam da Lei das Sociedades por Ações, considerando as alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen), consolidadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), que consistem os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, regulamentados pelo Bacen até o momento. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas tendo como escopo a instituição individual e incorporaram os normativos abaixo relacionados: Resolução CMN nº 4.924 de 24 de junho de 2020, aprovou o CPC 00 (R2) Pronunciamento sobre a estrutura conceitual e elementos requeridos para a elaboração e apresentação das demonstrações financeiras. Resolução BCN nº 2 de 12 de agosto de 2020: estabeleceu critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras com vigência a partir de janeiro de 2021, incluindo a apresentação da demonstração do resultado abrangente. Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores de certos ativos, instrumentos financeiros, provisões e passivos contingentes da Corretora, conforme descritas na nota 3. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira dos mesmos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. O Banco Central do Brasil emitiu uma série de normativos que podem impactar as demonstrações financeiras da Corretora para os próximos períodos, elencadas a seguir: Resolução CMN 4.924/21, estabelece os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidência contábeis, com vigência a partir do exercício social de 2022. Entre seus principais impactos, se destacam: (i) adoção dos pronunciamentos contábeis CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro e CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente; e (ii) facultação da utilização de taxa de câmbio à vista diferente de taxa informada pelo Bacen. A Corretora decidiu manter a utilização da taxa divulgada pelo Banco Central do Brasil (PTAX) para o exercício de 2022. Resolução CMN 4.956/21: dispõe sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) e reformula os conceitos e critérios para a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito pelas instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen. A nota explicativa 15i. Outras informações destas demonstrações financeiras apresentam um resumo deste plano. A referida Resolução passa a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2025; e As Instruções Normativas BCN nºs 268, 269, 270, 271, 272, 273, 275, 276 e 315 de 2022: definem as rubricas contábeis do grupo de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) para utilização pelas instituições financeiras. As referidas instruções normativas passarão a vigorar a partir de Julho/2022. A Corretora já avaliou os impactos para as mudanças e considera que são imateriais; e Resolução BCB nº 265 de 2022 e Instrução Normativa BCB nº 318 de 2022 que dispõem sobre a estrutura do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) a ser observado pelas instituições financeiras, bem como definem os subgrupos contábeis do elenco de contas do Cosif. Estes normativos entram em vigor em 1º de janeiro de 2025 e a Corretora ainda está avaliando seus impactos. As demonstrações financeiras do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pela administração para emissão e submetidas ao Comitê de Auditoria em 17 de Março de 2023.

3. Descrição das principais práticas contábeis: a. O resultado das operações é apurado pelo regime de competência. As receitas de taxas de performance dos fundos administrados pela Corretora são apropriadas ao resultado, por ocasião do final dos períodos de cálculo, estabelecidos nos respectivos regulamentos dos fundos. B. Ativos e passivos circulantes e não circulantes, são demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados por rata diu e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado (valor justo) ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no ativo circulante, conforme estabelecido pela Circular Bacen nº 3.068/2001. c. Caixa e equivalentes de caixa - são considerados como caixa e equivalentes de caixa as disponibilidades e as aplicações interfinanceiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, cujos prazos de liquidação na data de aquisição eram de até noventa dias. d. Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados nas seguintes categorias: • Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociados. São apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento, pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas reconhecidos no resultado do exercício. • Títulos disponíveis para venda - não se enquadram como títulos para negociação nem como títulos mantidos até o vencimento. São apresentados pelo valor de mercado, sendo os rendimentos nominais reconhecidos no resultado do exercício e as variações de valor de mercado em conta destacada do patrimônio líquido, deduzidas dos efeitos tributários; e • Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos incorridos (em "base pro rata") reconhecidos no resultado do exercício. e. As operações com instrumentos financeiros derivativos são contabilizadas da seguinte forma: • As operações no mercado a termo são registradas em contas patrimoniais pelo valor final contratado devidamente ajustado a mercado. A diferença entre o valor final contratado e o preço à vista do ativo financeiro é reconhecida nas receitas e despesas em função do prazo de fluência dos contratos; e • A provisão para spread de risco de crédito ("Credit Valuation Adjustment" - CVA) para os instrumentos financeiros derivativos é calculada sobre o somatório do valor de mercado dos derivativos e seus respectivos ganhos potenciais futuros, conforme Circulares Bacen nº 3.644/13 e nº 3.849/17. f. Critérios para apuração do valor de mercado - o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é calculado com base em: • Cotações de preços de mercado ou de agentes de mercado; • Modelos de precificação que utilizam como base o preço determinado para outros títulos financeiros com características semelhantes, divulgados pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3 S.A.) ou associações de classe; e • Modelos de precificação desenvolvidos pela administração, que utilizam modelos matemáticos de interpolação de taxas para prazos intermediários. • O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários está divulgado na nota 7. g. Imobilizado - conforme previsto na Resolução nº 4.535/16 do Conselho Monetário Nacional (CMN), o imobilizado corresponde aos bens tangíveis próprios e as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, desde que utilizados no desempenho das atividades da empresa por período superior a um ano. São reconhecidos pelo valor de custo e ajustados por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A taxa de depreciação dos bens imobilizados é feita pelo método linear, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, e em conformidade com a referida norma. h. Negociação e intermediação de valores - é demonstrada pelo valor de depósitos obrigatórios, por conta de clientes, registradas na rubrica de outras obrigações por negociação e intermediação de valores. I. A provisão para imposto de renda foi constituída com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%. A alíquota da CSLL foi majorada em 5% para as Corretoras no período de 1º de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021, retornando para 15% a partir de 1º de janeiro de 2022, conforme Lei nº 14.183/21, de 14 de julho de 2021. Subsequentemente, em

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais)

10. Passivo atuarial: A Corretora oferece plano de saúde para seus colaboradores e dependentes, arcando com uma parcela e/ou total do custo do plano. Está garantida a continuidade da assistência médica aos participantes do plano de forma temporária ou vitalícia à medida em que se desligarem ou se aposentarem, dependendo do tempo total de contribuição durante a carreira ativa. O passivo atuarial corresponde ao valor presente das obrigações atuariais de longo prazo e é originado pelo subsídio concedido pela empresa aos inativos, ou seja, corresponde à diferença entre o custo do beneficiário e sua contribuição esperada ao longo do tempo. O valor reconhecido como "Outras obrigações - diversas" no exercício foi de R\$ 6.387 (Dez/2021 - R\$ 6.320) e como "Ajustes de avaliação patrimonial" ganho de R\$ 457 (Dez/2021 - 1.228), líquido dos efeitos tributários. A Corretora realiza a estimativa e definição das premissas utilizadas na avaliação atuarial anualmente.

i. Principais premissas/hipóteses utilizadas na avaliação atuarial:

	Dezembro/2022	Dezembro/2021
a. Taxa real de juros/desconto da obrigação atuarial	10,47% a.a. (5,97% a.a. real)	8,47% a.a. (5,31% a.a. real)
b. Taxa anual de inflação de longo prazo	4,25% a.a.	3,00% a.a.
c. Tábua de mortalidade geral	AT-2000, suavizada em 10%	AT-2000, suavizada em 10%
d. Tábua de entrada em invalidez	IAPB - 57	IAPB - 57
e. Tábua de mortalidade de inválidos	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
f. Hipótese sobre rotatividade	20%	20%
g. Taxa estimada de permanência no plano	75%	75%
h. Aposentadoria	Homens: 100% aos 65 anos Mulheres: 100% aos 62 anos	Homens: 100% aos 65 anos Mulheres: 100% aos 62 anos

i. Composição familiar dos ativos

90% casados	90% casados
cônjuge masculino	cônjuge masculino
4 anos mais velho	4 anos mais velho
Família informada	Família informada
7,38% a.a. (3,00% a.a. real)	6,09% a.a. (3,00% a.a. real)
3,00% a.a.	3,00% a.a.

l. Aumento de custos por idade (aging factor)

ii. Exposição a riscos: As obrigações existentes, vinculadas aos benefícios pós-emprego, expõe a Corretora aos principais riscos dispostos a seguir: • Risco de juros/inflação: os valores dos planos estão vinculados aos índices de juros e inflação, e um aumento nessas taxas, elevará as obrigações e, por consequência, o passivo atuarial e despesas mais relevantes; e • Expectativa de vida/permanência no plano: os benefícios definidos disponibilizados pela Corretora possuem como variável a idade do beneficiário e a permanência no plano, por isso o aumento da expectativa de vida e de permanência no plano após a aposentadoria resultaria em um aumento do passivo e das despesas.

iii. Reconciliação do passivo atuarial:

	Dezembro/2022	Dezembro/2021
a. Reconciliação do valor das obrigações atuariais		
1. Valor das obrigações no início do exercício	6.320	7.558
2. Custo do serviço corrente bruto (com juros, líquido da contribuição do participante)	310	262
3. Juros sobre obrigação atuarial	528	547
4. Benefícios pagos pelo plano	(10)	(10)
5. Perda (ganho) atuarial decorrente da experiência da população	(76)	328
6. Perda (ganho) atuarial decorrente de alterações nas premissas financeiras	(685)	(2.365)
Valor das obrigações calculadas no final do exercício	6.387	6.320

b. Reconciliação do balanço

1. Passivo no balanço no início do exercício	6.320	7.558
2. Despesa reconhecida no exercício corrente	838	809
3. Montantes reconhecidos no OCI no exercício corrente	(761)	(2.037)
4. Contribuições de patrocinadoras verdadeiras no ano	(10)	(10)
Passivo no balanço no final do exercício	6.387	6.320

c. Componentes da despesa do plano

1. Custo do serviço corrente	310	262
2. Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo	528	547
Total da despesa a ser reconhecida	838	809

d. Conciliação dos valores reconhecidos no balanço

1. Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	6.387	6.320
Passivo líquido	6.387	6.320

e. Componentes da despesa do plano projetada

1. Custo do serviço corrente	355	310
2. Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo	663	528
Total da despesa a ser reconhecida	1.018	838

f. Valores reconhecidos na demonstração de receitas e despesas (OCI)

1. Perda (ganho) atuarial decorrente da experiência da população	(76)	328
2. Perda (ganho) atuarial decorrente de alterações nas premissas financeiras	(685)	(2.365)
Custo total reconhecido no OCI	(761)	(2.037)

g. Duração da obrigação atuarial

1. Ativos	3.826	3.134
2. Assistidos/aposentados/pensionistas	2.561	3.186
Total da obrigação atuarial	6.387	6.320

iv. Sensibilidade da obrigação de benefício

	Dezembro/2022	Dezembro/2021
Impacto da alteração da taxa de juros (+0,5%) na apuração da obrigação atuarial...	(452)	(472)
Impacto da alteração da taxa de juros (-0,5%) na apuração da obrigação atuarial...	509	533
Impacto da alteração da taxa de juros (+0,5%) no custo do serviço	(29)	34
Impacto da alteração da taxa de juros (-0,5%) no custo do serviço	33	31
Impacto da alteração da taxa de juros (+0,5%) no custo dos juros	(18)	(11)
Impacto da alteração da taxa de juros (-0,5%) no custo dos juros	19	11
Impacto da alteração da hipótese de HCCTR (+0,5%) na apuração da obrigação atuarial	522	1.153
Impacto da alteração da hipótese de HCCTR (-0,5%) na apuração da obrigação atuarial	(467)	(917)
Impacto da alteração da hipótese de HCCTR (+0,5%) no custo do serviço	36	71
Impacto da alteração da hipótese de HCCTR (-0,5%) no custo do serviço	(31)	(54)
Impacto da alteração da hipótese de HCCTR (+0,5%) no custo dos juros	43	98
Impacto da alteração da hipótese de HCCTR (-0,5%) no custo dos juros	(64)	(78)

11. Provisões: A Corretora é parte em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal, trabalhista e cível. As provisões no montante de R\$ 942.731 (2021 - R\$ 879.748) estão representadas, substancialmente, por obrigações legais que foram constituídas pelo valor total em discussão, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda, outras provisões que levam em conta as opiniões dos assessores jurídicos externos e são consideradas adequadas pela administração para atender a eventuais perdas, com base no contexto da Resolução CMN nº 3.823/09 e honorários advocatícios. Segue abaixo, a movimentação das provisões no exercício:

A DIRETORIA	
Ruy Ayres de Almeida Freitas - Contador - CRC 1SP 178320/O-8	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A.
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de

	Dezembro/2021	Constituições/Atualizações	Reversões	Balanco (*)	Dezembro/2022
Fiscais (a)	874.619	61.792	(23)	(735)	935.653
Trabalhistas (b)	4.713	2.376	(424)	-	6.665
Cíveis	416	17	(20)	-	413
Total	879.748	64.185	(467)	(735)	942.731

	Dezembro/2020	Constituições/Atualizações	Reversões	Pagamentos	Dezembro/2021
Fiscais (a)	854.350	22.681	(2.412)	-	874.619
Trabalhistas (b)	4.760	2.758	(2.046)	(759)	4.713
Cíveis	300	153	(25)	(12)	416
Total	859.410	25.592	(4.483)	(771)	879.748

(*) Os valores referem-se a depósitos efetuados em juízo que tiveram sua contrapartida em provisão de CSLL revertida.

(a) As principais contingências fiscais provisionadas são: • Constitucionalidade da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - em 1998, foi impetrado um Mandado de Segurança visando garantir o direito de não recolher a CSLL para os anos de 1998 e subsequentes. O valor da causa atualizada é R\$ 843.658 (2021 - R\$787.823), estando depositado em juízo o montante de R\$ 845.192 (2021 - R\$788.616); • Suspensão da exigibilidade do PIS - está sendo discutida na esfera judicial a constitucionalidade da contribuição do PIS nos termos da Emenda Constitucional de Revisão nº 1/94. O valor da causa atualizada é R\$ 56.427 (2021 - R\$53.362), estando esse valor integralmente depositado em juízo; e • Alargamento da base de cálculo da COFINS - está sendo discutida na esfera judicial a constitucionalidade, proferida pelo STF, do alargamento da base de cálculo da COFINS. O valor da causa atualizada é R\$ 24.969 (2021 - R\$23.284), estando esse valor integralmente depositado em juízo. (b) Referem-se a ações contra a Corretora, patrocinadas por ex-funcionários. O valor das contingências trabalhistas é provisionado considerando as características individuais de cada ação. Adicionalmente, a Corretora discute processos nas esferas judicial e administrativa os quais não foram reconhecidos em suas demonstrações financeiras, pois, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos externos, tais passivos contingentes apresentam risco de perda possível. Os principais processos referem-se a: • Encargos sociais sobre Participação nos Lucros e Resultados (PLR) dos empregados - a Corretora discute nas esferas administrativa e judicial se os valores pagos a título de PLR em 2007, 2008 e 2013 atenderam aos requisitos da Lei nº 10.101/00, de modo a não incidir encargos sociais. Essas autuações referem-se a dezembro de 2009 e novembro 2017. O valor atualizado da contingência é de R\$ 83.195 (2021 - R\$78.684). • Indenização solicitada por cliente PJ relativa a perdas de investimentos em carteira administrada. Aguardando decisão do Superior Tribunal de Justiça sobre a aplicabilidade da legislação do consumidor ao caso. O valor atualizado da causa é de R\$ 9.750 (2021 - R\$9.159). A Corretora também é ré em processos de natureza trabalhista, classificados como risco de perda possível que, em 31 de dezembro de 2022, totalizam R\$ 58.998 (2021 - R\$ 41.461). Na avaliação da administração da Corretora, os valores apresentados nesta nota refletem adequadamente os impactos, no balanço e na demonstração do resultado, que seriam esperados caso as contingências (provisionadas e não provisionadas) viessem a ser exigidas.

12. Patrimônio líquido: a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social está representado por 2.760.805 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas. De acordo com a deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de 25 de junho de 2021, foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 120.437, passando este de R\$ 29.563 para R\$ 150.000, sem emissão de novas ações, mediante capitalização da Reserva Especial de Lucros da companhia. O aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil (Bacen) em 4 de Agosto de 2021. **b. Reserva de lucros:** A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício, até o limite definido pela legislação societária. A reserva estatutária é limitada a 95% do valor do capital social e tem por finalidade a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Corretora, sendo formada por recursos equivalentes a até 100% do lucro líquido do exercício. A reserva especial de lucros refere-se aos dividendos adicionais propostos, que excederam a parcela do dividendo mínimo obrigatório, enquanto não aprovados pela Assembleia Geral Ordinária, sendo declarados após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras. De acordo com a deliberação da Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2021, foi aprovada a absorção de prejuízos à rubrica de "Reserva de Lucros - especial" da Corretora no montante de R\$ 55.587, correspondentes ao prejuízo auferido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. De acordo com a deliberação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2022, foi aprovada a absorção de prejuízos no total de R\$ 86.924, às rubricas de Reserva de Lucros - especial no montante de R\$ 52.928, Reserva de Lucros - estatutária no montante de R\$ 28.084 e Reserva de Lucros - Legal no montante de R\$ 5.912, correspondentes ao prejuízo auferido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. **c. Dividendos:** Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, ajustado consoante a legislação em vigor. A administração constituiu a provisão para o pagamento do dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 13.965, referente ao lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, após absorção dos prejuízos acumulados da companhia no exercício anterior e constituição de reserva legal.

13. Transações relevantes com partes relacionadas: As operações entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.818/20 e ao Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1). **a. Transações com partes relacionadas:** Os principais saldos mantidos com partes relacionadas estão demonstrados da seguinte forma:

Descrição	Natureza do relacionamento	Dezembro/2022	Dezembro/2021
Ativo			
Disponibilidades	Relacionada	320	111
Aplicações interfinanceiras de liquidez	Controladora	275.951	536.391
Outros Créditos:			
Rendas a receber - taxa de administração	Relacionada	193	277
Diversas - Aluguel	Controladora	10	8
Passivo			
Sociais e estatutárias - dividendos	Controladora	13.965	-
Diversas - aluguel	Controladora	765	904
Resultado			
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	Controladora	42.205	20.815

b. Remuneração do pessoal chave da administração: Na Assembleia Geral Ordinária é estabelecida a remuneração dos administradores, conforme determina o Estatuto Social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi registrada uma reversão líquida de despesa no valor de R\$ 16.467 (2021 - R\$ 44.182 - despesa), composta por honorários, gratificações e benefícios de remuneração de longo prazo, conforme explicado abaixo. Esta reversão no exercício de 2022 decorre da volatilidade do preço da ação "CSG", variação do dólar e reversões de algumas gratificações. As empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Credit Suisse no Brasil participam de planos globais de remuneração de longo prazo, em especial do plano global de ações do Credit Suisse Group ("CSG"). Esses planos envolvem a atribuição aos funcionários e administradores de promessas de pagamentos futuros baseados em ações ou em outros ativos, desde que cumpridas determinadas condições, tais como sua permanência nas empresas. A liquidação destes planos é feita via crédito em conta corrente bancária. Para a liquidação em ações, a Corretora mensura o valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos, tendo em conta as condições de mercado para cada plano. Nos pagamentos baseados em ações, liquidados conforme mencionado acima, a Corretora mensura o passivo incorrido ao valor justo. Este procedimento consiste na captura da valorização das ações entre a data de concessão e a liquidação e é reconhecido mensalmente. A provisão total para funcionários e administradores, referente ao plano global de ações e aos demais benefícios de longo prazo e respectivos encargos, no valor de R\$ 97.703 (2021 - R\$ 263.876) encontra-se registrada na conta de "Outras obrigações". Na tabela abaixo está apresentada a movimentação dos planos baseados em ações no exercício, considerando o correspondente ajuste a mercado:

	Valor R\$ mil	Quantidade
Ações em circulação em 31/12/2021	2.583	47.784
Ações outorgadas durante o exercício	42	2.695
Ações entregues no exercício	-	-
Ajuste ao valor justo no exercício	(1.838)	-
Transferência/saída de funcionários	-	-
Ações em circulação em 31/12/2022	787	50.479
Movimentação das ações	Valor R\$ mil	Quantidade
Ações em circulação em 31/12/2020	8.163	125.924
Ações outorgadas durante o exercício	927	61.492
Ações entregues no exercício	(3.602)	(78.140)
Ajuste ao valor justo no exercício	(1.978)	-
Transferência/saída de funcionários	(927)	(61.492)
Ações em circulação em 31/12/2021	2.583	47.784

forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta

14. Imposto de renda e contribuição social

a. Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Dezembro/2022	Dezembro/2021
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	142.889	(159.649)
Base de cálculo	142.889	(159.649)
Imposto de renda calculado à alíquota de 25% e contribuição social calculada à alíquota de 15%	(57.156)	63.860
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributadas	2.324	(13.239)
Baixa de crédito tributário - realização acima 10 anos	1.682	(8.835)
Total de imposto de renda e contribuição social do exercício	(53.150)	41.786

b. Composição da rubrica de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Dezembro/2022	Dezembro/2021
Tributos diferidos		
Constituição (Realização) de crédito tributário sobre adições/exclusões temporárias líquidas	(109.936)	19.956
Constituição (realização) sobre prejuízo fiscal de IRPJ	33.216	11.510
Constituição (realização) sobre base negativa de CSLL	23.570	10.320
Total de impostos diferidos	(53.150)	41.786

c. Ativo Fiscal Diferido: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os créditos tributários foram registrados de acordo com os critérios contábeis emanados pelo Banco Central do Brasil, considerando a expectativa de realização e o histórico de rentabilidade da Corretora. Os valores de maior relevância dos créditos tributários sobre diferenças temporárias foram constituídos sobre provisões dos planos de gratificações e provisões indedutíveis. Os créditos tributários, calculados sobre as adições temporárias líquidas, prejuízo fiscal e base negativa de CSLL foram constituídos considerando a alíquota total de 40% (25% IRPJ e 15% CSLL), nos termos da legislação vigente.

	Dezembro/2021	Constituição	Realização (*)	Dezembro/2022
Ativo Fiscal Diferido				
Prejuízo Fiscal	11.510	33.216	-	44.726
Base Negativa de CSLL	10.320	23.570	-	33.890
Diferenças temporárias (*)	184.614	53.006	(163.246)	74.374
Total	206.444	109.792	(163.246)	152.990

	Dezembro/2020	Constituição	Realização (*)	Dezembro/2021
Ativo Fiscal Diferido				
Prejuízo Fiscal	-	11.510	-	11.510
Base Negativa de CSLL	-	10.320	-	10.320
Diferenças temporárias (*)	165.306	137.065	(117.757)	184.614
Total	165.306	158.895	(117.757)	206.444

(*) Inclui movimentação sobre diferenças temporárias no montante de R\$ 304 (2021-R\$ 648), que transitaram via "ajuste de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido.

d. Expectativa de realização do crédito tributário

	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Valor presente
1º ano	39.353	24.310	63.663	55.968
2º ano	22.817	13.413	36.230	28.000